

Nuno Crato quer lançar programa que chegue a 1200 cientistas

O dia foi todo passado a ouvir cientistas que têm obtido bolsas europeias. Mas o palco do encontro, de manhã, foi ocupado pelos políticos, a começar pelo primeiro-ministro. Sem grandes anúncios



O ministro da Ciência, Nuno Crato, anunciou novas bolsas de doutoramento (em cima); e os cientistas António Coutinho, Miguel Soares e Nuno Santos (em baixo) estão preocupados com os financiamentos



Política científica Nicolau Ferreira

Depois do salto dado pela ciência portuguesa a partir da década de 1990, como é que a comunidade científica vê as actuais dificuldades orçamentais? Alguns cientistas que ganharam importantes financiamentos europeus, que estiveram ontem na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, mostraram-se preocupados e na expectativa com o futuro.

É o caso de Miguel Soares, do Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC), em Oeiras, que falou dos seus projectos no encontro *Ciência 2012 Portugal - Caminhos de Excelência em Ciência e Tecnologia*. “Dizem que as bolsas europeias são dadas a projectos e indivíduos com uma pujança científica grande, mas temos de formá-los”, defendeu o investigador, que ganhou no ano passado uma bolsa do Conselho de Investigação Europeu (ERC), a mais cobiçada de todas.

O encontro, promovido pelo Ministério da Educação e Ciência e pelo seu órgão executivo, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), serviu como “montra da grande ciência que se faz no país”, como disse o ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato. Mas estes projectos financiados pela União Europeia representam uma minoria. E o dia não foi de grandes anúncios.

A questão do financiamento externo marcou o encontro depois da intervenção de Leonor Parreira, secretária de Estado da Ciência, referir o mau desempenho português na obtenção de fundos europeus. Do Sétimo Programa-Quadro da União Europeia, cuja contribuição portuguesa foi de 450 milhões de euros, entre 2007 e 2011, Portugal só conseguiu ganhar 300 milhões em bolsas.

“Estamos abaixo dos países de referência em termos de número de candidaturas. Toda a comunidade científica tem de perceber que tem de concorrer a todas as oportunidades de financiamento”, disse aos jornalistas.

No breve discurso de abertura, o

primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, quis sublinhar que a economia portuguesa precisa do “estímulo da inovação”. Já o ministro da Ciência, Nuno Crato, aproveitou para anunciar que a FCT vai apoiar programas de doutoramento das instituições. A ideia é que essas bolsas “juntem, por um lado, universidades e unidades de investigação e, por outro, empresas”. Estes doutoramentos – a única novidade de política científica do encontro – serão propostos pelas instituições. Para isso, parte do financiamento que a FCT atribuía até agora em bolsas de doutoramento individuais será desviada para este novo programa. “A verba ainda não está estabelecida”, acrescentou Leonor Parreira. Nem está definido o número de doutoramentos.

Mais alguns pormenores foram revelados, por Nuno Crato, em relação a um tipo de bolsas que já tinha sido anunciado no início de Janeiro: a bolsa de Investigador FCT, que arranca este ano com 80 bolsas, deverá ultrapassar os mil cientistas no total. Estas bolsas, para cientistas já doutorados, pretendem apostar numa ideia e num cientista. “Este programa tem um começo modesto. Para o ano, terá mais 400 lugares abertos. Queremos que tenha um número estacionário, de 1000 a 1200 Investigadores FCT”, disse Nuno Crato.

O financiamento da FCT foi considerado essencial pelos cientistas que falaram ontem. “É necessário ter coragem política para antever quais serão as grandes estratégias que nos vão tirar da crise”, disse Bruno Silva Santos, do Instituto de Medicina Molecular de Lisboa. “É preciso ver que a ciência é uma área produtiva, não só para ultrapassar a crise, mas sobretudo para o nosso futuro. A crise vai passar e, se não investirmos, estaremos na Idade Média em termos científicos em relação à Europa”, referiu Bruno Silva Santos, que em 2010 ganhou uma bolsa da ERC.

Depois do investimento na ciência portuguesa se ter tornado mais consistente nos últimos 20 anos e de, em 2009, se ter atingido um pico

– 1,64% do produto interno bruto, o equivalente a 2764 milhões de euros –, essa aposta tem decaído há três anos.

O Orçamento do Estado (OE) para 2012 foi o menor desde 2006. Mas a aposta deste Governo, diz Leonor Parreira, é fazer mais e melhor com o menos: se a execução do OE deste ano alcançar os 95%, a secretária de Estado da Ciência considera que o dinheiro gasto em ciência se manterá semelhante. “Apelei a um esforço colectivo, não apenas das instituições, mas também da FCT, para conseguirmos manter o financiamento global idêntico ao do ano do passado.”

No entanto, António Coutinho, director do IGC, que esteve no encontro, teme a diminuição do investimento em ciência e as consequências que daí virão: “Sem financiamento, os resultados não aparecem e, neste momento, arriscamo-nos a perder boas cabeças. Se não lhe dermos condições de trabalho, esta gente brilhante vai trabalhar para outro sítio qualquer.” Mas não é tudo: António Coutinho teme que a política científica em Portugal deixe de apostar nos cientistas e, em vez disso, aposte só em áreas prioritárias, que passem a comandar toda a investigação das instituições. “Gostaria que a política de qualquer governo fosse a de investir nas pessoas”, defendeu António Coutinho, acrescentando que, para um cientista principal ganhar bolsas europeias, tem de provar que é capaz. E, para isso, é preciso que já tenha tido “investimento de base” do seu país.

A mesma visão é partilhada por Nuno Santos, do Centro de Astrofísica da Universidade do Porto e outro orador do encontro. Habitado a trabalhar em grandes consórcios internacionais, Nuno Santos lembra que já não há ciência sem ligações internacionais, mas para isso é fulcral o financiamento português. “Se tivermos o mínimo de financiamento nacional, conseguimos participar num consórcio que nos vai dar muito mais. Mas temos de ter essa capacidade de investir.”